

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM CIÊNCIAS E
PLURALIDADE**

MARIZA MARTINS NUNES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

MONOGRAFIA

DOIS VIZINHOS

2020

MARIZA MARTINS NUNES

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia de Especialização apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade, modalidade à distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Dois Vizinhos.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Daniela Aparecida Estevan.

DOIS VIZINHOS

2020



TERMO DE APROVAÇÃO

Educação Ambiental na Educação Infantil

Por

Mariza Martins Nunes

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 15h do dia 03 Outubro de 2020 como requisito parcial para à obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade – Polo de São José do Rio Preto, S.P., Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Dois Vizinhos. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho.....

Prof^a. Dr^a. Daniela Aparecida Estevan
UTFPR – Dois Vizinhos
(orientadora)

Prof^a. Dr^a. Fernanda Ferrari
UTFPR – Dois Vizinhos

Prof^a. Dr^a. Daniela Macedo de Lima
UTFPR – Dois Vizinhos

Dedico este trabalho a minha família pelos incentivos e apoio; aos amigos e colegas que contribuíram direta e indiretamente através de calorosos diálogos e a minha orientadora que sempre me encorajou nessa nobre missão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, por todo apoio e incentivo nessa fase da minha vida.

A minha orientadora professora Dr^a Daniela Aparecida Estevan.

Aos professores do curso de Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade da UTFPR, Campus Dois Vizinhos.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Agradeço à todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas...” (Nações Unidas Brasil, 2020).

RESUMO

NUNES, Mariza Martins. **Educação Ambiental na Educação Infantil**. 2020. 44 f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade, modalidade à distância) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dois Vizinhos, 2020.

Nos dias atuais percebemos que a relação homem-natureza está em desequilíbrio, e que esse debate vem sendo construído desde a década de 60, ou seja, do século passado, visto que o homem começa a perceber que os recursos naturais não são tão abundantes, e que isso poderia colocar em risco a sua própria sobrevivência. Percebendo que a mudança deve começar desde cedo, a presente pesquisa tem por tema Educação Ambiental na Educação Infantil com o objetivo de conhecer essa realidade, e analisar como as escolas vêm trabalhando com os alunos essa temática, seja na educação formal ou não-formal, e quais os desdobramentos para que a criança se torne verdadeiramente um sujeito de direito e participativo nesse contexto socioeconômico e ambiental. Foi utilizada análise documental com a proposta de conhecer esses aspectos, levantar dados, conhecer a realidade local, e os resultados dessas ações nas escolas de diferentes localidades de nosso país. Os resultados observados nos remetem a pequenos avanços na legislação e na aplicação de projetos voltados a sustentabilidade, observados através da inclusão no PPP, ou até mesmo os assuntos/projetos trabalhados nas escolas. Em contrapartida o objetivo a ser alcançado esbarra na falta de formação específica em Educação Ambiental, na remuneração inadequada dos professores e equipe escolar nas edificações inadequadas, nas questões burocráticas e no senso comum humano que é melhor consumir desenfreadamente do que resignificar o uso das coisas. A tarefa posta é a quebra desse paradigma consumista e demanda um trabalho coletivo e articulado de professores, equipe escolar, pais e comunidade em geral. Essa relação mútua de respeito a si mesmo, ao outro e ao planeta, é o caminho a ser almejado.

Palavras-chave: Educação. Ensino Infantil. Meio Ambiente. Preservação Ambiental.

ABSTRACT

NUNES, Mariza Martins (2004). **Environmental Education in Early Childhood Education**. 2020. 44 f. Monograph (Specialization in Educational Practices in Science and Plurality, distance modality) - Federal Technological University of Paraná. Dois Vizinhos, 2020.

Nowadays we realize that the man-nature relationship is in unbalance, and that this debate has been built since the 60's, that is, the last century, since man begins to realize that natural resources are not so abundant, and that this could put at risk his own survival. Realizing that change must start early, this research has as its theme Environmental Education in Early Childhood Education with the objective of getting to know this reality, and to analyze how schools have been working with students on this theme, whether in formal or non-formal education, and what are the developments for the child to truly become a subject of law and participatory in this socioeconomic and environmental context. Documental analysis was used with the proposal of knowing these aspects, gathering data, knowing the local and global reality, and the results of these actions in schools in different localities of our country. The results observed refer us to small advances in legislation and in the application of projects aimed at sustainability, observed through inclusion in the PPP or even the subjects/projects worked on in schools. On the other hand, the objective to be achieved comes up against a lack of specific training in Environmental Education, inadequate remuneration of teachers and school staff in inadequate buildings, bureaucratic issues and the human common sense that it is better to consume unrestrainedly than to resign the use of things. The task at hand is to break this consumerist paradigm and demands a collective and articulated work of teachers, school staff, parents and the community in general. This mutual relationship of respect for oneself, the other, and the planet is the path to be pursued.

Keywords: Education. Kindergarten. Environment. Environmental Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Desastres Ambientais No Mundo..... | 15 |
| Figura 2 – Desastres Ambientais no Brasil..... | 15 |
| Figura 3 – Educação Ambiental Formal e Não-formal..... | 18 |
| Quadro 1 – Projetos de Educação Ambiental no Ensino Infantil no Brasil..... | 28 |
| Quadro 2 – Dados Coletados..... | 35 |

LISTA DE SIGLAS

MEC (Ministério da Educação)

RCNEI (Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil)

SEF (Secretaria de Educação Fundamental)

C.F. (Constituição Federal)

SECADI (Secretaria de Educação a Distância, Alfabetização e Diversidade)

BNCC (Base Nacional Comum Curricular)

LDB (Lei de Diretrizes e Bases)

SEB (Sistema Educacional Brasileiro)

DICEI (Diretoria de Currículos e Educação Integral)

DCNEB (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica)

ONU (Organização das Nações Unidas)

MMA (Ministério do Meio Ambiente)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)

PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)

ODM (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio)

ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)

PPP (Projeto Político Pedagógico)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 14 |
| 2.1 Educação Ambiental | 14 |
| 2.2 Educação Infantil..... | 20 |
| 2.3 Educação Ambiental na Educação Infantil | 23 |
| 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 26 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES..... | 27 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| REFERÊNCIAS..... | 40 |

1. INTRODUÇÃO

Atualmente com o grande crescimento populacional e o surgimento da sociedade de consumo, geraram grandes consequências para o meio ambiente, dentre essas a utilização excessiva de matérias primas, e posteriormente de produtos industrializados que são descartados. As empresas produzem cada vez mais, seguindo um fluxo frenético e alienado, causando assim um desequilíbrio ambiental, com a poluição de rios, do ar, falta de recursos, entre muitos outros problemas que conseqüentemente atingem a fauna, flora e até mesmo o ser humano. Guimarães (2007) afirma que o problema está no modelo atual da sociedade, que destrói em sua relação de dominação contrapondo a natureza coletiva essencial a vida.

A relação homem-natureza está desequilibrada e por várias gerações o ser humano inconsciente ou entorpecido pelo consumismo imposto pelo capitalismo selvagem vem destruindo tudo a sua frente. Felizmente a Educação Ambiental surgida em meados dos anos 60, vem promovendo o debate sobre o papel do homem, sua relação com a natureza e suas responsabilidades, contrapondo o que está exposto. Cabe a escola em uma relação conjunta de educadores, educandos e comunidade, o papel de amplificar esse debate, levantar os problemas e produzir soluções. Trabalhar Educação Ambiental na Educação Infantil é um grande desafio visto os inúmeros percalços encontrados pelo caminho, seja pela conjuntura política, pela questão econômica, geográfica ou mesmo sociais, entretanto, é gratificante pela importância desses jovens cidadãos, no futuro do planeta, desenvolver suas habilidades, serem construtivos, terem empatia com tudo e com todos, e assumir esse nobre legado de construir uma sociedade sustentável. A nobre missão do educador de educação infantil nessa temática é ser o mediador desse processo, contribuindo com o desenvolvimento desses jovens valores humanos.

Nesse contexto o presente estudo teve como objetivo compreender a Educação Ambiental na Educação Infantil no Brasil, por meio de uma análise documental que apresentou um breve histórico, como ela está estruturada e articulada, como é trabalhada, sua relevância nessa faixa etária (0 a 5 anos) e os desdobramentos para se construir um ambiente socioeconômico e ambiental que permita a transformação dessa realidade. Ainda, a presente pesquisa realizada com um número limitado de escolas, por meio da análise de práticas em Educação

Ambiental no Ensino Infantil disponíveis na literatura do Brasil teve o objetivo de conhecer esse universo, comparando tais práticas com os documentos norteadores da Educação Ambiental, considerando suas contribuições com essa nobre luta em prol de uma sociedade consciente e sustentável.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental tem como proposta ampliar a nossa visão sobre o meio o qual estamos inseridos, como interagir e como torná-lo sustentável. Desde os primeiros anos, mesmo antes de entendermos as letras, fazemos uma leitura sobre o nosso ambiente, porém com o passar dos anos, influenciados por uma sociedade consumista que valoriza mais o ter do que o ser, acostumado a viver geralmente em ambientes urbanos, naturalizado e não percebemos as mudanças que ocorrem nessa realidade socialmente constituída (MEYER, 1991).

Refletindo sobre o pensamento de Sorrentino (1991), que versa que a espécie humana cria tecnologias e conhecimentos capazes de materializar sonhos ou eliminar o planeta, percebemos que existem questões impactantes relacionados ao meio produtivo, tanto na questão econômica como social que precisam ser levadas em consideração.

Observando-se, por um lado, alguns princípios básicos do uso da tecnologia de grande-escala, verifica-se que, enquanto na Natureza há limites, tendo em vista a manutenção do necessário equilíbrio, na tecnologia de grande-escala não se reconhece a existência de quaisquer limites, não podendo, portanto, haver equilíbrio. Assim, a tecnologia de grande-escala contém uma contradição a um princípio básico da Natureza, sendo gerada aí uma oposição entre Natureza e Tecnologia. (KRÜGER, 2001, p. 39).

Na história recente, Gonçalves (2017) nos informa que os desastres ambientais, seja por acontecimentos naturais ou interferência humana, deixam marcas significativas para os habitantes das áreas afetadas, bem como ao meio ambiente que pode demorar décadas ou séculos para se recuperar. A autora apresenta cronologicamente alguns fatos nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Desastres ambientais no mundo

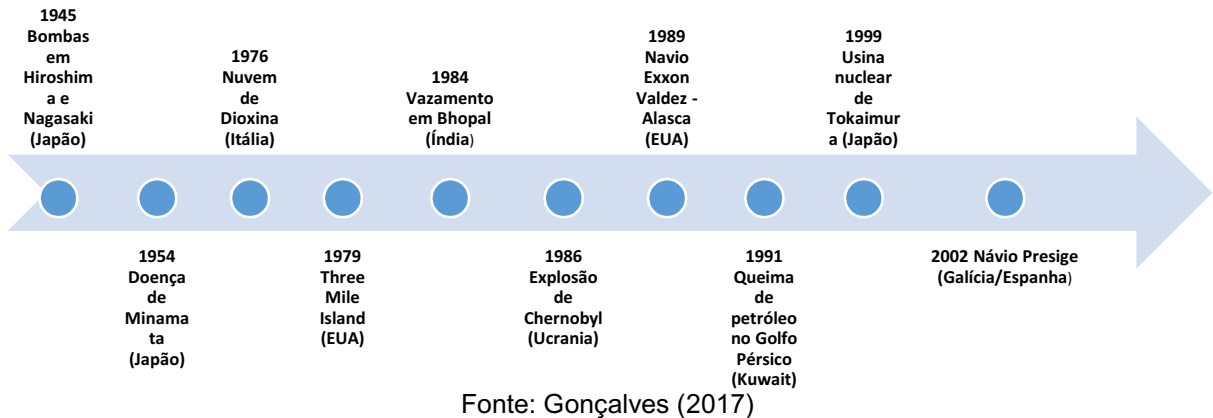
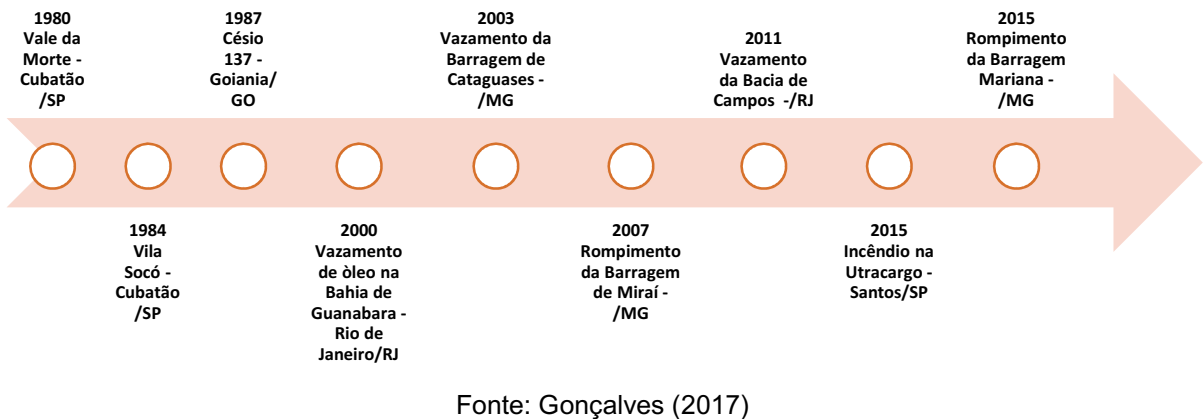


Figura 2– Desastres ambientais no Brasil



Para finalizar esse triste cenário, conforme afirma Costa (2019), não podemos deixar de mencionar o mais recente episódio, o caso do rompimento da Barragem de Brumadinho em Minas Gerais em janeiro de 2019 que confirmou a morte de 257 pessoas e mais de 18 pessoas que estão desaparecidas, além de contaminar uma área correspondente a 147,38 hectares com rejeitos que contém ferro e sílica. Após esse episódio os responsáveis foram condenados por homicídio doloso, lesão corporal dolosa e poluição ambiental por rejeitos minerais com sérios danos à saúde humana e ao meio ambiente, o que demonstra que Educação Ambiental vem cumprindo o seu papel despertando essa consciência ambiental coletiva.

Segundo Dias (1991), em meados dos anos 60, a economia avassaladora que indistintamente destrói o seu próprio meio de subsistência começa ser questionada por especialistas de diferentes áreas. A partir dessa reflexão e de

muitas outras, surgiu à necessidade de aprofundar o debate e construir alternativas para essa nova demanda socioeconômica.

Na década de 1970, os debates que eram locais passam agora a ter uma dimensão global. Nessa mesma época o termo ecologia ganha força. Entusiastas do assunto formado por educadores, artistas, economistas, profissionais de imprensa políticos entre outros, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, começam a direcionar suas ações para essa temática. Nesse cenário destaca-se a Sociedade de Educação Ambiental e o Clube de Roma. Em 1972 na cidade de Estocolmo (Suécia) líderes de todo o mundo se reuniram para dialogar sobre as questões ambientais. Nessa Conferência a Organização das Nações Unidas – ONU passou a ter um papel de destaque nas intermediações dessas demandas. Nesse evento a declaração final aprovou 19 princípios que norteiam o Manifesto Ambiental para o nosso tempo. Em 1975 seguindo recomendações da Conferência de Estocolmo foi lançada pela UNESCO e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) o programa Internacional de Educação Ambiental que possibilitou vários diálogos regionais e internacionais que culminaram na Conferência Intergovernamental de Tbilisi (URSS) em 1977. (Nações Unidas Brasil, 2020).

Já na década de 80 os diálogos prosseguiram e Reigota (1991) destaca que em 1987 em Moscou (URSS) foi realizada a segunda Conferência Mundial que reafirmou os objetivos da educação ambiental indicados em Tbilisi. A seguir citamos as principais conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável segundo Nações Unidas Brasil (2020): 1992 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2002 – Rio + 10, 2012 – Rio + 20, 2015 – Cúpula do Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas (2020) ainda destaca que dessas conferências surgiram importantes programas como: ONU Meio Ambiente (1972), Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (1988), Agenda 21 (1992), Protocolo de Kyoto (1997), Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM (2000) e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, também conhecida como Agenda 2030 (2015) (Nações Unidas Brasil, 2020).

No estudo apresentado por News (2012), verificamos que as articulações em torno da Educação Ambiental vem transformando o cenário mundial desde a realização da ECO-92, pós Guerra Fria, até a Rio+20 em plena era digital. Nesse documento destaca-se as principais mudanças: a alteração da temperatura da Terra

que elevou-se em 0,4°C, aumento em energia e geração de calor em 66%, aumento do uso de tecnologias digitais como celulares e Internet saltando de milhões para bilhões de usuários, aumento das emissões de CO₂ na atmosfera e aumento da concentração de CO₂ na atmosfera.

No Brasil, timidamente, algumas iniciativas surgiram para incluir a Educação Ambiental nesse debate:

Em plena ditadura militar surgiria em 1981 a primeira conquista do movimento ambientalista brasileiro, com a publicação da Lei 6.938, que dispunha sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Constituiu-se num importante instrumento de amadurecimento e consolidação da política ambiental em nosso país. Entretanto, a despeito do status conferido à EA, esta continuou relegada, e a prática do "ecologismo" ou do "verde pelo verde" continuou. Ou seja, em termos educacionais, a questão ambiental continuou sendo vista como algo pertinente às florestas, mares e animais ameaçados de extinção, enquanto não eram discutidas a condição do homem, os modelos de desenvolvimento predatórios, a exploração de povos, o sucateamento do patrimônio biológico e cultural, a expansão e o aprofundamento da pobreza no mundo e a cruel desigualdade social estabelecida entre os povos. (DIAS, 1991, p. 7).

Lipai, Layrargues e Pedro (2007) nos apresenta um panorama da Educação Ambiental no Brasil que surgiu de inúmeros debates e encontros, e que está presente na legislação brasileira, porém ainda superficial, sobre a importância desse tema na educação. De acordo com MMA/ONU (2008), dentre as principais conquistas ambientais brasileiras destacadas são: 1981 - Lei 6938/1981 Política Nacional do Meio Ambiente, 1988 – Artº 225 Capítulo VI - Do meio ambiente da Constituição Federal que aborda o acesso a Educação Ambiental, Decreto 99.274/1990 que orienta a educação ambiental em todos os níveis e o estudo da ecologia de forma transversal, 1999 – Lei 9795/1999 Lei Ambiental que prevê a implantação da Educação Ambiental na Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e Decreto nº 4.281/2002 que inclui Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino integrando as disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente e adequando os programas vigentes a formação continuada de educadores.

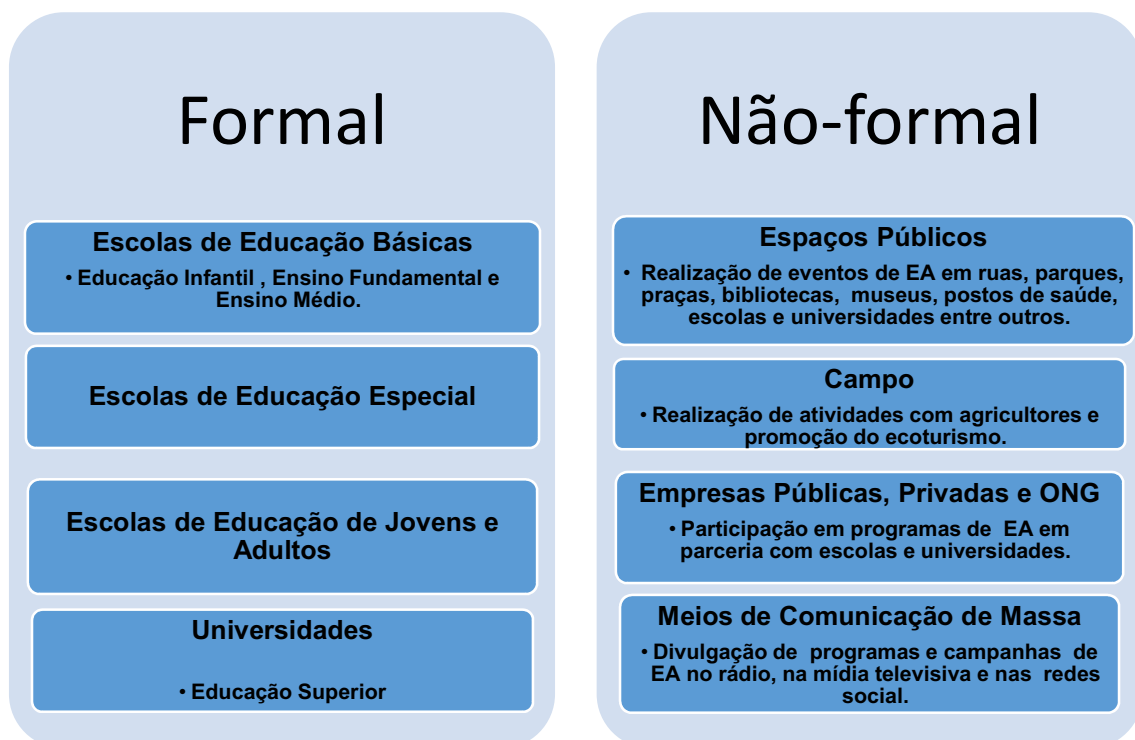
Para ampliar a visão desses atores sociais e construir uma sociedade justa e sustentável é necessário um comprometimento de toda a sociedade. Tiriba (2007) descreve a sociedade atual como ensandecida e orientada pela lógica do capital que supervaloriza o que é industrial e urbano e impõe as crianças uma visão

antropocêntrica que as coloca como superior aos demais integrantes desse complexo planeta. O efeito é o não reconhecimento de sua condição animal, de sua identificação com outros seres e com o meio que habita.

Na visão da ciência moderna, a realidade é uma máquina e não um organismo vivo. Sua natureza tem uma lógica que pode ser decifrada por um ser humano que é definido por sua atividade mental. É essa atividade que interessa aos objetivos de domínio e controle da natureza. Assim, as crianças são distanciadas do mundo natural porque o divórcio sujeito (ser humano) x objeto (natureza) é um componente essencial na produção de uma ciência que possibilita esse domínio. [...] Os currículos, as rotinas das instituições educacionais expressam claramente esta evidência: a de que a escola não tem pelo corpo o mesmo apreço que tem pela mente. Os espaços de educação das crianças de zero a seis anos não escapam a essa lógica. Em seu cotidiano, divorciam ser humano e natureza, separam corpo e mente razão e emoção. (TIRIBA, 2007, p. 221-222).

A grande aliada para essa tarefa é a Educação Ambiental, que tem o grande desafio de ampliar o debate e realizar ações sustentáveis junto à comunidade escolar e transcender os muros escolares propagando essas ideias e ações a toda comunidade mesmo enfrentando as suas limitações. Nos Art. 8º, 9º e 13º da Lei 9795/1999 – Educação Ambiental é previsto que ela seja praticada em ambientes formais e não formais (Figura 3) (MMA/ONU, 2008, p. 201-202).

Figura 3 – Educação Ambiental Formal e Não-formal



Fonte: MMA/ONU (2008, p. 201-202)

Lipai, Layrargues e Pedro (2007) nos apresenta que a Educação Formal de acordo com o artigo 8º e 9º da Lei Ambiental prevê a formação continuada de professores, o desenvolvimento de pesquisas na área ambiental, a produção de materiais educativos, acompanhamentos e avaliações. Já a não-formal é prevista no artigo 13º da referida Lei, que condiciona o poder público a estimular as escolas, universidades e as organizações não governamentais trabalharem em parcerias para ampliar a educação ambiental no cotidiano da comunidade (MMA/ONU, 2008, p. 201-202).

Morais (2017) elenca que as escolas em sua grande maioria, realizam atividades ambientais interdisciplinares por meio de projetos ecológicos, entretanto essas atividades são pontuais como dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da Árvore. Em seu entendimento, Educação Ambiental tem que ser algo inovador proporcionando ao aluno uma experiência nova e significativa. A Lei Ambiental, em seu Art. 5º inciso III, objetiva garantir “o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social” (MMA/ONU, 2008, p. 200).

Meyer (1991) reforça que a educação ambiental é uma forma de fazer com que os atores sociais envolvidos reflitam de forma ampliada sobre os impactos de seus atos. Aguçar a curiosidade, aprofundar os conhecimentos e respeitar o que está em sua volta é um primeiro passo dessa integração ambiental. Em contrapartida a Educação Ambiental não deve se restringir ao ambiente educacional, deve ser interdisciplinar e transpor os muros das escolas, integrando alunos, família, comunidade e o Estado.

A temática ambiental requer um enfoque interdisciplinar, congregando profissionais de diversas áreas do conhecimento. [...] O tema comum, extraído do cotidiano, integra e promove a interação de pessoas, áreas, disciplinas, produzindo um conhecimento mais amplo e coletivizado. As leituras, descrições, interpretações e análises diferentes do mesmo objeto de trabalho permitem a elaboração de um outro saber, que busca um entendimento e uma compreensão do ambiente por inteiro. [...] (MEYER, 1991, p. 41).

Meyer (1991) afirma que a concepção ambiental para a maioria das pessoas é limitada. Muitos naturalizam tudo que está em sua volta, as coisas, os fatos, fenômenos e as pessoas, não percebendo que as relações sociais, econômicas,

políticas e ambientais estão em constantes mudanças e que isso impacta direta e indiretamente em suas vidas.

[...] a educação ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza. Reconhece, portanto, que nos relacionamos na natureza por mediações que são sociais, ou seja, por meio de dimensões que criamos na própria dinâmica de nossa espécie e que nos formam ao longo da vida (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero, etnia, nacionalidade etc.). (Loureiro, 2007, p. 66).

Loureiro (2007) afirma que existe uma tendência desde os anos de 1980 no discurso da sociedade como um todo que o ensino de Educação Ambiental caberia apenas aos conteúdos biológicos. Em contra partida apresenta a proposta da Educação Ambiental Crítica que refuta dogmas, que entende que as relações estão em movimento em tempo e espaço, faz críticas aos padrões de consumo da sociedade, questiona a educação formal, considera a interdisciplinaridade, faz autocrítica sobre suas ponderações e ações e está aberta ao diálogo para reconstruir uma nova perspectiva para a sociedade. Ele propõe que sejam repensadas as estruturas escolares, que haja a emancipação de educadores e educandos e a participação efetiva dos educadores ambientais nos espaços públicos.

2.2 Educação Infantil

Conforme relata Mendes (2015), as creches surgiram na Europa e nos Estados Unidos vinculadas aos órgãos médico/assistencialistas por oferecer em geral, em tempo integral um serviço à população de baixa renda, visto que a mulher pobre precisava trabalhar. No Brasil até o início do século XX, pouco se fez em defesa das crianças; somente a partir da industrialização nos anos de 1930, quando as cidades cresciam rapidamente e a infraestrutura se modificava de forma acelerada, e conseqüentemente os problemas sociais e de saúde pública se agravavam, sanitaristas preocupados com a condição precária de vida dos operários que eram a força motriz do sistema passaram a defender as creches. Já na década de 1970, o trabalho feminino passa a ser considerado de grande importância o que reforçou os movimentos de lutas urbanas por creche para todas as crianças.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica:

A construção da identidade das creches e pré-escolas a partir do século XIX em nosso país insere-se no contexto da história das políticas de atendimento à infância, marcado por diferenciações em relação à classe social das crianças. Enquanto para as mais pobres essa história foi caracterizada pela vinculação aos órgãos de assistência social, para as crianças das classes mais abastadas, outro modelo se desenvolveu no diálogo com práticas escolares. (MEC/SEB/DICEI, 2013, p. 81)

Nas décadas seguintes a educação infantil ganha espaço como local de educação principalmente após o seu reconhecimento na Constituição Federal de 1988 no Art. 207 inciso IV – que garante educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade. De 0 a 3 anos será oferecida em creches e de 4 a 5 anos na pré-escola. É dever dos municípios ofertar educação infantil a todas as crianças nessa faixa etária (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006 conforme Constituição Federal (BRASIL, 1988). De acordo com Lipai, Layrargues e Pedro (2007) outras leis e referenciais fortalecem esse mandato constitucional e garantem maior atenção a esse público.

A LDB em seu Art. 29 – garante as crianças nessa faixa etária que seus direitos serão preservados em aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade (MEC/SEB/DICEI, 2013). Já a BNCC compartilha dessas garantias e destaca que o cuidar e o educar são indissociáveis e levam em consideração os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, comunicar e conhecer-se e articula as necessidades, interesses, experiências e curiosidades das crianças considerando o patrimônio artístico, cultural, ambiental, científico e tecnológico, aspectos que contribuem na construção dos currículos da educação Infantil nos Estados e Municípios (MEC/SEF 2018).

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – Complemento da LDB referenda metas de qualidade que contribuam com o desenvolvimento integral da criança durante a infância (MEC/SEF, 1998); e o Marco Legal da Primeira Infância – trata os direitos da criança nesse período da infância, evitando a segmentação de ações, aumentando a eficácia das políticas voltadas para a infância, definindo estratégias de articulação intersetorial (GALVÃO, 2016)

Mesmo diante de todo esse fator material referencial nem sempre esse direito é garantido, seja por descaso do poder público, seja por falta de recursos, falta de qualificação profissional entre outros. Segundo Veiga e Araújo (2016), a

democratização da educação básica e superior é um direito de todos os cidadãos e não somente uma meta para o Estado. É uma aspiração social e individual que muitas vezes é negada de forma direta ou velada. Tiriba (2007) afirma que as creches e pré-escolas são espaços de desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas durante a primeira infância. Esses precisam ser alegre, dinâmico, vivo, construtivo entre outros. Em contrapartida observa patologicamente que a realidade está muito distante dessa aspiração.

Observando o modo de funcionamento de creches e pré-escolas, em centros urbanos e até mesmo em zonas rurais, podemos perceber que as crianças estão emparedadas: são mantidas, a maior parte do tempo, em espaços fechados, as rotinas não contemplam suas necessidades e desejos de movimentarem-se livremente nos pátios, sob o céu, em contato com o sol, a terra, a água. Raramente de pés descalços, nas áreas externas brincam sobre chão predominantemente coberto por cimento ou brita; e só se aproximam da água para beber e lavar mãos e rostos. Tomar banhos de mangueira, brincar de comidinha, dar banho em boneca, fazer barquinho para colocar na correnteza das valas quando chove... Nada disso é corriqueiro, ao contrário, é exceção! Como aprender a respeitar a natureza se as crianças não convivem com seus elementos? (TIRIBA, 2007, p. 220-221).

Nesse sentido o ensino infantil precisa ser um campo fértil e participativo, porém é necessário que professores, equipe escolar, família, comunidade e poder público proporcione condições para esse desenvolvimento. Para superar essa situação e oferecer uma educação de qualidade Sebastiani (2009), propõe que as escolas estejam adequadas em seu espaço físico com áreas internas e externas voltadas ao desenvolvimento de atividades prazerosas e criativas. Tenha uma equipe escolar qualificada e em constante qualificação, que considere a faixa etária, as características pessoais e as necessidades para mediar o desenvolvimento das crianças. Em destaque, os professores precisam estar em constante formação, realizar um conjunto de práticas e interações para reconhecer o seu público, sua realidade social e a partir dessa análise interagir com os mesmos capacitando-os para tornar pessoas conscientes e autônomas.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil:

A intervenção do professor é necessária para que, na instituição de educação infantil, as crianças possam, em situações de interação social ou sozinhas, ampliar suas capacidades de apropriação dos conceitos, dos códigos sociais e das diferentes linguagens, por meio da expressão e comunicação de sentimentos e ideias, da experimentação, da reflexão, da elaboração de perguntas e respostas, da construção de objetos e brinquedos etc. Para isso, o professor deve conhecer e considerar as

singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias etc. das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. [...]”. (MEC/SEF , 1998, p.30).

Além dos documentos norteadores nacionais, um documento de cada instituição é o o Projeto Político Pedagógico (PPP). Abdalla (2016) analisa o PPP como ferramenta de formação de agentes/atores no interior da escola levando em consideração princípios para a organização do trabalho pedagógico. Para construir essa ferramenta é necessário avaliar as diferentes realidades, a forma como ela pode ser trabalhada, o convencimento da comunidade educacional e a eficácia das ações a serem empreendidas. Ela traça etapas como diagnóstico da situação, avaliação de condições materiais, financeiras e humanas, investigação das diretrizes, fundamentos e concepções, definição de um plano de ação e a colocação em prática, esse só fará sentido se todos estiverem engajados e voltados para um trabalho coletivo e de compromisso.

De acordo com Moreira (2012), a escola precisa deixar de ser ilha para se tornar parte integrante da comunidade, isso quer dizer, deve fazer parte de diversos coletivos tanto governamentais como da sociedade civil, vivenciando e apresentando propostas que contribua significativamente com a comunidade. “A escola é uma organização viva e dinâmica, que compartilha de uma totalidade social, e o seu projeto político pedagógico deve ser também vivo e dinâmico, norteador de todo o movimento escolar [...]” (Sanchez & Leite, 2010, p. 13).

2.3 Educação Ambiental na Educação Infantil

Tiriba (2007, p. 220) questiona: “Mas, como educar as crianças na perspectiva de uma vida alegre, saudável e solidária, se vivemos num mundo em que imperam o individualismo, a competição e a destruição da biodiversidade?”

O primeiro desafio é situá-las em um ambiente coletivo que são as escolas de educação infantil. Nesse momento a comunidade escolar, principalmente o professor, precisa mediar esse processo e trabalhar com as crianças conceitos como: democracia, cidadania, respeito aos direitos e as diferenças e principalmente o cuidar da Terra. Situar esses jovens sobre a importância e responsabilidade de suas ações nesse processo é fundamental para que ele se reconheça plenamente, emane ações sustentáveis e se movimente para barrar essa destruição em curso.

Por sinal, é fácil observar que educadores e educandos, ao participarem da consolidação de ações afinadas com uma abordagem crítica da educação ambiental se sentem à vontade e motivados com tal perspectiva. Isso se explica, pois, ao trazermos a educação ambiental para a realidade concreta, para o dia-a-dia, evitamos que esta se torne um agregado a mais, idealmente concebido nas sobrecarregadas rotinas de trabalho. Evitamos também que fique no plano do discurso vazio de “salvação pela educação” ou da normatização de comportamentos “ecologicamente corretos”. Com isso, torna-se um componente e uma perspectiva inerentes ao fazer pedagógico, potencializando o movimento em busca de novas relações sociais na natureza [...] (LOUREIRO, 2007, p. 68).

Tiriba (2007) propõe que seja trabalhado Educação Ambiental na Educação Infantil considerando as tradições culturais para compreender a relação da vida sobre a Terra, as relações com o corpo fortalecendo o espírito, a razão e a emoção, o desenvolvimento de atividades que valorize a mente e o corpo, o respeito às necessidades da criança e a sua ecologia pessoal e a ampliação do contato com a natureza.

É necessário reconhecer para proteger. A educação ambiental na educação infantil precisa ser planejada colocando a criança como o centro nesse processo, e considerando que ela é um sujeito histórico e de direitos, e que aprende nas interações e brincadeiras de forma lúdica, exploratória, dinâmica e construtiva, dialogando com seus pares e construindo sentidos sobre o que está sendo trabalhado. O processo educativo em que a criança é o protagonista contribui para que ela se torne mais autônoma e crítica perante a sociedade e contribui para que ações sobre o planeta sejam mais sustentáveis e conscientes conforme a Base Nacional Comum Curricular (MEC/SEF, 2018).

Entendemos que ela precisa estar vivendo ativamente o que é proposto, trabalhar esse tema com as crianças é muito mais do que levá-las para brincar na área externa da escola, é preciso construir aulas que leve as crianças à reflexão sobre o seu papel em relação ao meio em que vivem. Elas precisam se sentir envolvidas nesse processo para construir conhecimentos sobre a importância de preservar o meio ambiente e aplicá-los em seu dia a dia.

Para que seja constante e efetiva é importante que a educação ambiental na educação infantil faça parte do PPP da escola que norteará e possibilitará condições e suporte para que os professores juntamente com a equipe escolar, famílias e comunidades possam realizar atividades permanentes e lúdicas juntamente com as crianças, contribuindo assim para a formação de valores e atitudes desses jovens

cidadãos. A escola por sua vez além de passar conteúdos formativos tem a função principal na formação humana.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve cunho qualitativo por ser conduzida de forma descritiva, apresentando e interpretando os dados sobre as tendências e comportamentos de um limitado grupo de escolas que trabalham Educação Ambiental na Educação Infantil, visualizando assim, uma melhor compreensão da aplicação dos projetos e seus resultados. Os dados foram obtidos através de referenciais bibliográficos.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (GIL, 2002, p. 45).

O tema escolhido foi Educação Ambiental na Educação Infantil em virtude de vivência profissional com alunos da faixa etária de 0 a 5 anos, e da importância de trabalhar essa temática atual e necessária com esse público. Os resultados obtidos giraram em torno da investigação real da situação da Educação Ambiental aplicada na Educação Infantil em específico em creches e pré-escolas de várias localidades do país, conhecendo como está estruturada, se está contemplada nos Projetos Políticos Pedagógicos e o papel dos educadores, dos educandos, dos pais e da comunidade nesse processo sócio educativo.

As fontes de pesquisa documental proporcionaram realizar uma análise que trouxe luz sobre a importância dos debates históricos, das propostas construídas em encontros, congressos e afins, das demandas e lutas sociais envolvendo diferentes atores sociais, das construções de agendas, leis e referenciais para a ampliação da consciência de desenvolvimento de ações sustentáveis e de valorização da criança e seu reconhecimento como sujeito social. Essas análises levaram em consideração a limitação do material coletado devido à circunstância social de pandemia enfrentada por todos nesse momento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados levantados e discutidos em relação aos projetos de Educação Ambiental na Educação Infantil no Brasil contemplaram as cinco regiões do país, porém nesse momento não confrontando as diferenças e semelhanças de forma regionalizada.

Através de uma pequena amostra de escolas de São José do Rio Preto, cidade do interior paulista com uma população estimada em 2020 de cerca de 460 mil habitantes, por apresentar projetos ambientais, econômicos e sociais como a coleta seletiva, arborização, plantio e poda de árvores, separação do óleo e da água em indústria e oficinas, pontos de apoio para coleta de pequeno volume de materiais destinando corretamente o seu descarte e ações educacionais amparadas nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, fato que conferiu em 2018 o título de Município Verde e Azul do Estado de São Paulo (COMEIA, 2019).

De acordo com MEC/SECADI (2012), a proposta de uma escola sustentável pode ser alcançado de forma simples, com práticas de pesquisa envolvendo a comunidade escolar e nesse processo vai se construindo o conhecimento, que por sua vez projeta indagações, aprendizados e resultados que serão compartilhados com outros grupos e que servirão de subsídios para proposições de políticas públicas locais, nacionais e até internacionais.

Apresentamos a seguir a amostragem de escolas que permitiu analisar de forma limitada como está sendo trabalhada a Educação Ambiental na Educação Infantil e por meio destas verificar se estão articulando com os documentos e referenciais. Nessa pequena amostra selecionamos quatorze projetos escolares de Educação Ambiental na Educação Infantil, sendo um na Região Nordeste, quatro na Região Sul, dois na Região Centro-Oeste, um na Região Norte e seis na Região Sudeste, destes, quatro da cidade de São José do Rio Preto/SP (Quadro 1).

Quadro 01– Projetos de Educação Ambiental no Ensino Infantil no Brasil

| Projetos de Educação Ambiental no Ensino Infantil no Brasil | | | |
|--|---|---|-----------------------|
| Ordem | Escola | Tema - Objetivo | Fonte |
| 1 | Escola Municipal Ausônio Araújo - Currais Novos/RN | Cuidados com o meio ambiente Apresentar a natureza com suas belezas, curiosidades e fragilidades. Mostrar lados negativos e positivos da ação do homem e valorizar a preservação aos alunos da educação infantil. | Marangon (2002) |
| 2 | Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS | Cuida da Terra Contextualizar a importância do respeito à natureza através de práticas sustentáveis e criativas trabalhando ao longo do ano os conteúdos de forma interdisciplinar. | Santos (2019) |
| 3 | Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco/Viamão/RS | Meio Ambiente e Alimentação Saudável Conscientizar estudantes e famílias para a preservação do meio ambiente através do estímulo à produção e consumo de alimentos orgânicos. | Santos (2019) |
| 4 | Escola SESC/Tijucas /SC | A natureza, o imaginário e o brincar Apresentar os elementos da natureza de forma lúdica(brincadeiras) | SESC (2018) |
| 5 | Escola Classe Córrego do Meio / Planaltina – DF | Sementes do Cerrado Conscientizar os alunos, pais e a comunidade sobre a importância do bioma na esfera social, econômica e ambiental e a necessidade de preservação. | Weimann (2019) |
| 6 | NEI Santo Antônio de Pádua – Florianópolis/SC | Reciclagem orgânica e o que se pretende através dela Estimular a participação de alunos, professores, pais e comunidade utilizando os 4 R's: reduzir, reciclar, repensar e reutilizar. | Marques et al. (1998) |

| Ordem | Escola | Tema - Objetivo | Fonte |
|--------------|---|--|--|
| 7 | EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP | Dedo verde na escola Através da parceria com o instituto 5 elementos tem como proposta criar espaços ambientais que proporcionam as crianças do ensino infantil um contato prático com os 4 elementos da natureza. | Gombata (2016) |
| 8 | Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Belém/PA | Educação socializando conhecimento e trabalhando aspectos socioeconômicos e ambientais Valorizar o saber cotidiano para desenvolver uma consciência Crítica | Moreira (2019) |
| 9 | UMEI professora Marta Nair Monteiro – Belo Horizonte/MG | Os 3 R's dos resíduos sólidos Situar as crianças da educação infantil sobre a situação socioeconômica ambiental do bairro e trabalhar os conceitos reduzir, reutilizar e reciclar o lixo | Silveira e Ferreira (2017) |
| 10 | Jardim da Infância da 404/ Brasília/DF | Por um mundo melhor Trabalhar com a comunidade escolar os conceitos sustentáveis através da prática de mini projetos como alimentação saudável e reuso da água. | Behnke (2019) |
| 11 | E.M. Mônica e Cebolinha | Horta: produção consciente de alimentos" Estimular a alimentação saudável, sua importância e descobertas de novos sabores. | Prefeitura Municipal de São José Do Rio Preto (2020) |
| 12 | E.M. Letícia Di Lorenzo Arroyo | A arte de plantar, cultivar e colher: o despertar da consciência ecológica Produzir e consumir de forma consciente os alimentos através da proposta contida na ODS 2030. | Prefeitura Municipal de São José Do Rio Preto (2020) |
| 13 | E. M. Dunalva do Amaral Farath | Catálogo de árvores e horta Valorizar cada criança e promover a formação da consciência ecológica dos alunos | Prefeitura Municipal de São José Do Rio Preto (2020) |

| Ordem | Escola | Tema - Objetivo | Fonte |
|--------------|--------------------------------|---|--|
| 14 | E.M Rita Mendes Mambreu | Horta Escolar: uma aproximadora das crianças pequenas com o Meio Ambiente Cultivar através da leitura e da experimentação a importância de se preservar o meio ambiente e de produzir alimentos saudáveis | Prefeitura Municipal de São José Do Rio Preto (2020) |

O aluno da educação infantil precisa ser considerado sujeito histórico e de direitos no planejamento de qualquer projeto, seja ele: social, econômico e ambiental conforme determina a Constituição Federal em seu Art. 227 garantindo seus principais direitos como: vida, saúde, alimentação, lazer, cultura e convivência familiar e comunitária e “que o coloque a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988, Legislação Superior). Conforme Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil MEC/SEF. (1998) elucida em seus objetivos as crianças de 0 a 3 anos devem explorar o ambiente através da curiosidade e interesse, já as de 4 a 5 anos devem estabelecer relações entre o meio ambiente e as formas de vida existentes. Nesse momento é necessário planejar ações que contribuam para que esse público se adapte as novas realidades e desenvolva conjecturas que cooperem na sua transformação em um adulto autônomo e consciente. Nesses aspectos os alunos dessas escolas foram considerados sujeitos históricos e sociais, uma vez que participaram das atividades propostas, debateram as temáticas e contextualizaram os aspectos históricos entendendo que fazem parte de toda essa situação e que suas atitudes influenciam nesse processo. Considerar o aluno em sua amplitude proporciona trocas de experiências e essas contribuem para atitudes altruístas e a partir daí respeitará a si, ao outro e ao planeta.

As escolas de educação infantil pesquisadas trabalharam a educação ambiental de diversas formas, como podemos notar no Quadro 2: enfatizaram a importância da reciclagem de lixo orgânico e industrial, descobrindo a forma como são produzidos, os impactos econômicos, sociais e ambientais de seu descarte incorreto, o seu reaproveitamento na produção de outros materiais e a real necessidade de consumo dos mesmos. Foi trabalhada a produção de alimentos orgânicos através de hortas pedagógicas, captação de água das chuvas, compostagens de alimentos, reaproveitamento de materiais descartáveis e os benefícios do consumo de produtos naturais no lugar dos industrializados. Houve a integração aos 4 elementos da natureza através de atividades lúdicas que proporcionaram aos alunos desenvolver percepções sobre os mesmos, sua integração e o entendimento da importância de preservá-la. Projetos que enfatizam a importância, as curiosidades e as práticas necessárias para a valorização e preservação do ambiente através de atitudes sustentáveis. Esse é um primeiro

passo para que todos que fazem parte ou estejam envolvidos com a escola possam se tornar agentes ambientais que vai conhecer, informar, construir soluções e proteger todas as formas de vida.

Outro ponto importante é o debate para incluir a Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Infantil. Observa-se no quadro 2 Educação Ambiental na Educação Infantil está inclusa no PPP em algumas escolas, uma vez que apresentam uma estrutura projetada e consolidada na educação infantil e trabalham os conceitos socioeconômicos e ambientais entre alunos, professores e equipe escolar articulando-se com a comunidade e apresentando soluções para os problemas locais, já algumas escolas não fica clara essa inserção no PPP, uma vez que os projetos são apresentados isoladamente, por não serem trabalhados durante o ano e por não integrar os variados temas ambientais. De acordo com Veiga e Araujo (2016) a característica de projetar é humana porque consegue idealizar o que se propõe realizar e no Projeto Político Pedagógico e essa idealização exige uma mediação dos interesses individuais e coletivos de forma conjuntural entre a escola e a sociedade, apresentando uma imagem do futuro no presente, o que permite a produção, implantação e consolidação de conteúdos que respondam as demandas sociais.

Construir um Projeto Político Pedagógico que aborde a Educação Ambiental na Educação infantil permite um exercício de articulações dos diferentes integrantes (alunos, professores, equipe escolar, pais e comunidade) proporcionando um desenvolvimento de ações pró-ativas que contribuirão para o envolvimento e desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos em relação a diferentes temáticas socioeconômicas e ambientais gerando cidadãos conscientes e responsáveis por seus atos.

O trabalho da educação ambiental na educação infantil deve ser bem estruturado e para que isso seja possível professores, equipe e gestão escolar devem desempenhar o papel de mediadores nesse processo. Para ser eficiente é necessário que todos tenham formação inicial e continuada de qualidade e que sejam valorizados e garantindo os seus direitos a carreira e a remuneração adequada. Observa-se no quadro 2 que algumas escolas percebe-se que o trabalho de formação continuada vem sendo realizado, haja vista a integração de alunos e equipe escolar, entretanto não fica claro se suas remunerações e carreiras são adequadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) nos artigos Art. 61 a 67, define a formação e valorização dos profissionais da educação. No Art. 11 Parágrafo único da Lei Ambiental diz: “Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (MMA/ONU, 2008 p. 201). Já o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil MEC/SEF (1998) aponta que a formação continuada deve se estender para toda equipe escolar uma vez que é necessário o diálogo sobre os mais diversos temas, entre os quais destacam-se a educação ambiental na educação infantil. Percebe-se que nas escolas que tem a educação ambiental como um objetivo definido no PPP e trabalham efetivamente a formação inicial e continuada de professores e equipe escolar, os resultados são mais significativos e os conteúdos trabalhados fluem naturalmente, entretanto o plano de carreira e a remuneração também devem fazer parte dessa valorização dos profissionais da educação, uma vez que por necessitar complementar renda, seja através de uma carga horária extensa ou mesmo uma outra fonte de renda, o desenvolvimento de projetos se tornam incompletos e raros deixando uma lacuna nesse processo de desenvolvimento de projetos que atendam a educação ambiental na educação infantil.

Observa-se no quadro 2 que algumas escolas trabalharam a educação não-formal em seus Projetos e que no tocante a educação não-formal ela é necessária para que a educação ambiental não se limite apenas a comunidade escolar. A escola Escola Municipal Ausônio Araújo apresentou o resultado de seu projeto através de uma passeata com os alunos chamando a atenção da comunidade sobre as demandas socioeconômicas e ambientais da localidade. Já a escola Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá compartilha os seus saberes em uma feira anual de produção orgânica. As escolas Escola Classe Córrego do Meio, NEI Santo Antônio de Pádua, EMEI Dona Leopoldina, Jardim da Infância da 404 e E.M. Letícia Di Lorenzo Arroyo firmaram parcerias com universidades, ongs e equipes técnicas e multidisciplinares para a construção de projetos que buscaram integrar os aprendizados as demandas locais. A escola UMEI professora Marta Nair Monteiro abriu espaço para que fosse desenvolvido por alunos da universidade um projeto inicial ambiental abordando as questões de conhecimento e tratamento de resíduos sólidos. Os projetos das escolas Escola SESC/Tijucas, E. M. Dunalva do Amaral

Farath e E.M Rita Mendes Mambreu não se articularam com a comunidade. Precisamos mapear as demandas locais, dialogar com as diversas áreas do conhecimento considerando panoramas sociais, econômicos e culturais, articular com os pais que abrem portas para que a educação supere os muros da escola, produzir uma comunicação eficiente e sistematizar toda essa trajetória. A construção dessa rede permite a potencialização de todo o trabalho. Tão importante quanto a realização do objetivo é a sua jornada, que permite mensurar acertos e erros que nos direcionam para ações mais efetivas potencializando os debates e a construção de experiências sustentáveis.

Sabemos que essa pesquisa limitada de escolas nos apresentou um panorama muito superficial, sobre como está sendo trabalhada a educação ambiental na educação infantil. Mesmo diante dessa realidade, por meio dos três pilares (ambiental, econômico e social) e dos cinco eixos (pessoas, parceria, prosperidade, paz e planeta) dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda, 2030) percebemos que a Educação Ambiental na Educação Infantil precisa ser trabalhada permanentemente, que garanta que as crianças compreendam o seu real sentido e que as mesmas conscientemente a apliquem de forma eficiente em todos os lugares que estiver. Transformar a natureza é preciso, porém preservá-la é fundamental para a sobrevivência.

Quadro 2 - DADOS COLETADOS

| ASSUNTOS TRABALHADOS | ESCOLAS |
|---|--|
| Reciclagem do lixo orgânico e industrial e o reaproveitamento. | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Ausônio Araújo - Currais Novos/RN • Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS • Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco/Viamão/RS • NEI Santo Antônio de Pádua – Florianópolis/SC • UMEI professora Marta Nair Monteiro – Belo Horizonte/MG • E.M. Mônica e Cebolinha |
| Produção de alimentos orgânicos e benefícios do consumo de produtos naturais. | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS • Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco/Viamão/RS • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP • Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Belém/PA • Jardim da Infância da 404/ Brasília/DF • E.M. Mônica e Cebolinha • E.M. Leticia Di Lorenzo Arroyo • E. M. Dunalva do Amaral Farath • E.M Rita Mendes Mambreu |
| Quatro elementos da natureza e a preservação. | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Ausônio Araújo - Currais Novos/RN • Escola SESC/Tijucas /SC • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP |
| Curiosidades e as práticas necessárias para a preservação. | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Ausônio Araújo - Currais Novos/RN • Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS |

| | |
|----------------------------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco/Viamão/RS • Escola Classe Córrego do Meio / Planaltina - DF • NEI Santo Antônio de Pádua – Florianópolis/SC • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP • Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Belém/PA • UMEI professora Marta Nair Monteiro – Belo Horizonte/MG • Jardim da Infância da 404/ Brasília/DF • E.M. Leticia Di Lorenzo Arroyo • E. M. Dunalva do Amaral Farath |
| EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PPP | |
| Incluso | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS • Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco/Viamão/RS • Escola Classe Córrego do Meio / Planaltina - DF • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP • Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Belém/PA • Jardim da Infância da 404/ Brasília/DF • E.M. Leticia Di Lorenzo Arroyo |
| Não incluso | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Ausônio Araújo - Currais Novos/RN • Escola SESC/Tijucas /SC • NEI Santo Antônio de Pádua – Florianópolis/SC |

| | |
|-------------------------------|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> • UMEI professora Marta Nair Monteiro – Belo Horizonte/MG • E.M. Mônica e Cebolinha • E. M. Dunalva do Amaral Farath • E.M Rita Mendes Mambreu |
| Formação Inicial e continuada | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS • Escola Municipal de Educação Infantil Cisne Branco/Viamão/RS • Escola SESC/Tijucas /SC • Escola Classe Córrego do Meio / Planaltina – DF • NEI Santo Antônio de Pádua – Florianópolis/SC • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP • Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira – Belém/PA • Jardim da Infância da 404/ Brasília/DF • E.M. Mônica e Cebolinha • E.M. Letícia Di Lorenzo Arroyo • E. M. Dunalva do Amaral Farath • E.M Rita Mendes Mambreu |
| Educação não-formal | <ul style="list-style-type: none"> • Escola Municipal Ausônio Araújo - Currais Novos/RN • Escola Municipal de Educação Infantil Humaitá - Porto Alegre/RS • Escola Classe Córrego do Meio / Planaltina – DF • NEI Santo Antônio de Pádua – Florianópolis/SC • EMEI Dona Leopoldina – São Paulo/SP • UMEI professora Marta Nair Monteiro – Belo Horizonte/MG |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• Jardim da Infância da 404/ Brasília/DF• E.M. Leticia Di Lorenzo Arroyo |
|--|---|

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a Educação Ambiental na Educação Infantil é uma das alternativas para dialogar diretamente com os futuros interlocutores da sociedade, porém, não é uma tarefa fácil porque os estudos sobre essa temática são recentes comparados a outros eventos mundiais, existe uma resistência do sistema vigente e as pessoas estão condicionadas a essa realidade.

Entende-se que uma forma de resolver qualquer problema parte do princípio que é necessário conhecer como se estrutura e a partir daí definir estratégias para trabalhar de forma prática. A Educação Ambiental na Educação Infantil se apresenta como aliada nessa luta, cumprindo esse papel de abrir esse diálogo tanto na educação formal como na não-formal. Quanto mais cedo compreender qual é o nosso papel nesse planeta, percebe-se que é necessário agir de forma consciente e planetária. Partindo dessa concepção, acompanha-se o desdobramento de projetos educacionais realizados no país a fora para comparar com os documentos orientadores buscando entender se na prática estão sendo cumpridos.

Esse trabalho permitiu avaliar que a criança de 0 a 5 anos possui naturalmente uma ligação direta com a natureza a sua volta e que a mesma é propositiva quando estimulada. Um dos questionamentos levantados na pesquisa foi descobrir como o legislado articula com o praticado. Sabendo dessa dicotomia, percebeu-se que os professores e profissionais que atuam diretamente com esse público, apesar de não possuir uma estrutura adequada, receber treinamentos e salários incompatíveis com o trabalho desenvolvido têm se esforçado para transformar essa realidade. Essa empatia tem gerado uma pequena mudança que já está refletindo nos comportamentos sociais, econômicos e ambientais. Constatou-se ainda que diferente dos adultos a criança está aberta ao novo e conectada a inseparabilidade do homem e do meio ambiente.

Apesar de ser limitada e os métodos serem rasos, a pesquisa confirmou a hipótese de que mesmo existindo uma legislação atendida com a sustentabilidade, na prática ela está distante, entretanto, deve-se considerar os pequenos avanços que vem cumprindo o papel de conectar as pessoas ao planeta e as crianças nessa faixa etária, o que permite enxergar que isso é possível.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. D. A construção do projeto político pedagógico e a formação permanente dos professores: possibilidades e desafios. In: Veiga I.P, **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papyrus. 2016.
- BEHNKE, E. Projetos em escolas públicas ensinam pela conscientização ambiental. **Correio Braziliense**, Brasília(DF), 16 dez 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/educacao/estudante/ensino_educacaobasica/2019/12/16/interna-educacaobasica-2019,814347/projetos-em-escolas-publicas-ensinam-pela-conscientizacao-ambiental.shtml>. Acesso em: 13 jul. 2020.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- _____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. **Lei n. 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr. 1999.
- _____. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 abr. 2013.
- _____. **Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 mar. 2016.
- COMEA. **Plano de Ação 2019**. São José do Rio Preto, SP, 2019. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/meio-ambiente/Plano-de-Acao-de-Educacao-Ambiental.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2020.
- _____. **Programa de Educação Ambiental: Integração e transversalidade para a garantia da cidade ambiental**. São José do Rio Preto, SP, 2019. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/meio-ambiente/Programa-Municipal-de-Educacao-Ambiental.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2020.
- CONSUMERS INTERNATIONAL/ MMA/ MEC/IDEC. **Consumo Sustentável: Manual da Educação**. Brasília: p.160, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao8.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

COSTA, G. Negligência causou a tragédia de Brumadinho, diz escritor. **Agência Brasil**. Brasília (DF), 09 nov 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negligencia-causou-tragedia-de-brumadinho-diz-escriptor#:~:text=no%20dia%2025%20de%20janeiro,dezoito%20pessoas%20continuam%20desaparecidas>>. acesso em: 06 mai 2020.

DIAS, G. F. Os quinze anos da Educação Ambiental no Brasil: um depoimento enfoque. In: INEP. **Em Aberto**. Brasília (DF), jan/mar., v.10, 49 ed. p. 3-14,1991.

GALVÃO, I. G.. **Primeira Infância**: avanços do marco legal da primeira infância. Câmara dos Deputados: Centro de estudos e debates estratégicos . Brasília, DF. 2016. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/primeira_infancia/avancos_marco_legal_primeira_infancia_2016.pdf> Acesso em: 15 mai 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMBATA, M. Escolas e projetos buscam trabalhar a educação socioambiental de forma holística. **Revista Educação**. 228 ed. 2016. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2016/04/04/escolas-e-projetos-buscam-trabalhar-a-educacao-socioambiental-de-forma-holistica/#:~:text=De%20aulas%20compartmentadas%20e%20isoladas,parte%20de%20um%20mesmo%20todo>> Acesso em: 03 jun 2020.

GONÇALVES, D. P. Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo. **Jornal da Unicamp**. 01 dez 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental**: participação para além dos muros da escola. In: MELLO S. S, e TRAJBER R. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola p. 85-94. Brasília: UNESCO, 2007.

KRÜGER, E. L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente, **Revista UFPR**, Curitiba (PR), n. 4, p. 37-43, jul/dez 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/viewFile/3038/2429>> Acesso em: 7 mai. 2020.

LIPAI, E. M., LAYRARGUES, P. P. e PEDRO, V. **Educação Ambiental na Escola**: tá na lei... In: MELLO S. S, e TRAJBER R. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola (p. 248). Brasília: UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. **Educação ambiental crítica: contribuições e desafios**. In: MELLO S. S, e TRAJBER R. **Vamos cuidar do Brasil** : conceitos e práticas em educação ambiental na escola (pp. 65-72). Brasília: UNESCO, 2007.

MARANGON, C. Preservar também é coisa de criança. **Revista Nova Escola**, 01 dez 2002 . Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/297/preservar-tambem-e-coisa-crianca>> Acesso em: 03 mai 2020.

MARQUES, A. V. et al.. **Educação Ambiental com as crianças pequenas**. Florianópolis, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/download/12768/11936>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MATURANA, M. F. S; BARCIELA, V. S. C. E. I. Análise da educação ambiental promovida pela prefeitura de São José do Rio Preto. **Revista nacional de gerenciamento de cidades**, Tupã, v. 6, n. 44, p. 160-172, 2018. Disponível em: <http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/artic le/viewFile/1919/1823> Acesso em: 6 jun. 2020.

MEC/SEF. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018.

MEC/SEF. **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**, Brasília: 2001.

MEC/SEF. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: v.1 - 3, 1998.

MEC/SEB/DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: p. 562, 2013.

MEC/SECADI. **Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de Mudanças socioambientais globais**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/livreto_escola_sustentavel_isbn_final.pdf>. Acesso em 03 mai. 2020.

MEDEIROS, A. B. D. et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Faculdade Montes Belos**, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/a-importancia-da-educacao-ambiental-na-escola-nas-series-iniciais.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2020.

MEDINA, N. M. **A formação dos professores em Educação Ambiental**. In. MEC/SEF. **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. Brasília.DF. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/panorama.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2020.

MENDES, s. d. **Tecendo a história das instituições do Brasil infantil**. **Saberes**, Natal (RN), v. 1, n. 11, p. 94-100, fev. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/viewFile/6685/5206>> Acesso em 06 mai. 2020.

MEYER, M. A. Educação Ambiental: Uma Proposta Pedagógica. **Em Aberto**, Brasília (DF), v. 10, n.49, p. 41-46, 1991. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Downloads/1709-Texto%20do%20artigo-1679-1-10-20190821%20(1).pdf> Acesso em 04 mai. 2020.

MMA. ONU. **Legislação Ambiental Básica**. Brasília, 2008. Disponível em <https://www.mma.gov.br/estruturas/secex_conjur/_arquivos/108_12082008084425.pdf> Acesso em 01 de Mai de 2020.

MORAIS, V. D. L. Educação ambiental no contexto escolar: um enfoque interdisciplinar. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Paraná, v. 8, n. 22, p. 1-14, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit/article/view/e-5079/pdf>> Acesso em: 6 jun. 2020.

MOREIRA, F. C. **Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira: "Educando gerações para a sustentabilidade"** Belém, PA. 2019. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/funbosque/>>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MOREIRA, T. **Vamos Cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais**. Brasília: 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A Onu e o Meio Ambiente**. Brasília, DF. 2020 Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente/> >. Acesso em: 08 mai. 2020.

NEWS/BBC. **Da Eco 92 à Rio+20: Duas décadas de debate ambiental**. BBC News : 13 Jun 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/06/120612_grafico_eco92_rio20_pai> Acesso em: 15 jun. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Sobre Rio Preto**. São José do Rio Preto, SP. 2020 Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/sobre/>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. (2019). **Projeto Educativo e Plano de Trabalho**. São José do Rio Preto, SP. 2019. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/educacao-recebe-dois-novos-onibus-e-apresenta-inedito-plano-de-trabalho/>> Acesso em 25 mai. 2020.

RANGEL, J.. **10 exemplos de escolas sustentáveis**. 02 out 2015. Disponível em: <<https://sustentarqui.com.br/10-escolas-sustentaveis/>>. Acesso em 17 jul. 2020.

REIGOTA, M. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular. In: INEP, **Em aberto**, Brasília (DF), v. 10, n. 49, p. 35-40, 1991.

ROCHA, E. A. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia**. Campinas. 1998.

SANCHES, M. d., & Leite, S. M. **Efetivação do Projeto Político Pedagógico como inovador das práticas pedagógicas**. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Paraná: 2010. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uel_ped_artigo_maria_de_fatima_sanches_alves_dos_santos.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

SANTOS, L. F. Mapa de Boas Práticas : conheça três projetos que promovem a educação ambiental. **Revista Educação ambiental em ação**. v. 17, n. 66, 2019 Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3450>>. Acesso em: 03 de mai. de 2020.

SEBASTIANI, M. T. **Fundamentos teóricos e metodológicos da Educação Infantil**. 2. ed. Curitiba: IESDE. 2009.

SESC, E. **Alunos da Escola SESC exploram os quatro elementos da natureza**. Tijucas, SC, 2018 Disponível em: <<https://www.sesc-sc.com.br/blog/educacao/alunos-da-escola-sesc-exploram-os-quatro-elementos-da-natureza->> Acesso em: 21/06/2020.

SILVEIRA, G. T., & Ferreira, J. A. **Alfabetização ecológica na educação infantil da UMEI professora Marta Nair Monteiro: o lixo nas comunidades carentes - Sinapse Múltipla**, Belo horizonte, MG, pp. 112-125, 2017.

SORRENTINO, N. Ecologia, Educação Ambiental e Utopia. Em INEP, **Em Aberto** Brasília (DF), p. 47-56, 1991.

TIRIBA, L. **Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos espaços de educação infantil**. In: MEC, **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: p. 211-227, 2007.

TREVISAN, R. BNCC na prática: Tudo que você precisa saber sobre Educação Infantil: **Revista Nova Escola**, 2019. Disponível em: <<https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/JdyDVYh3RNcpRqKe2UDdaH5hPjDUZbFbqfWu6gkg9jPzZ8wKaCgXwN8MpmGa/bncc-educacao-infantil--ebook-nova-escola.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2020.

VEIGA, I. P., & Araujo, J. S. **O Projeto Político Pedagógico: Um guia para a formação humana**. In: I. P. Veiga, **Quem sabe faz a hora de Construir o Projeto Político Pedagógico**, Campinas (SP) Papirus, p. 13-53, 2016.

VELOSO, N. **Entre camelos e galinhas, uma discussão acerca da vida na escola**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Departamento de Educação Ambiental. Unesco. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília, p. 73-84, 2007.

WEIMANN, G. **Sementes do cerrado**. 2019. Disponível em: <<https://criativosdaescola.com.br/sementesdocerrado/>>. Acesso em 06 de Jul. de 2020.